



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003006-61.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Tatiane Trebbi Fernandes Manzini**
 Requerido: **ANA PAULA ALVES FONSECA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora cobra da ré honorários advocatícios por serviços que lhe prestou.

A ré em contestação confirmou a contratação de tais serviços e ressaltou que os valores ajustados já foram pagos parcialmente.

Ressaltou, porém, que ainda não quitou a importância de R\$ 2.000,00.

Já em réplica a autora corroborou a explicação da ré a propósito do pagamento promovido pela mesma, inclusive após a propositura da ação, reconhecendo que o montante por ela referido se encontra efetivamente em aberto.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento em parte da pretensão deduzida, condenando-se a ré ao pagamento do que ela própria declinou em contestação como débito ainda a seu cargo, com os acréscimos inerentes ao atraso no cumprimento da obrigação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.731,57, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**